

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.557.791 - SP (2019/0236951-1)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
AGRAVANTE : ANACIEL DE JESUS GUIMARAES
ADVOGADOS : EUGENIO CARLO BALLIANO MALAVASI - SP127964
PATRICK RAASCH CARDOSO E OUTRO(S) - SP191770
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por ANACIEL DE JESUS GUIMARAES contra a decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que não admitiu o recurso especial.

Consta dos autos que o agravado foi condenado à pena de 1 mês e 5 dias de detenção, em regime inicial aberto, pela prática do crime tipificado no art. 147 do Código Penal.

Inconformada, a defesa interpôs recurso de apelação perante a Corte de origem, a qual negou provimento à irresignação, mantendo todos os termos do édito condenatório.

Os três embargos de declaração opostos pela defesa foram rejeitados.

Contra a decisão foi apresentado recurso especial, com fulcro na alínea *a*, do inciso III, do art. 105 da Constituição Federal, o qual não foi admitido na origem, com fundamento nas Súmulas n. 7/STJ e 284/STF.

No presente recurso, alega o agravante que os óbices indicados na decisão de admissibilidade não incidiriam na espécie.

Requer o acolhimento do agravo, a fim de que seja admitido e provido o recurso especial.

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo não provimento da insurgência.

É o relatório.

Devidamente impugnada a decisão de admissibilidade, merece exame o inconformismo.

Nas razões do recurso especial, a defesa alega violação aos arts. 381, inciso III, e 619, do Código de Processo Penal, sob o argumento de que o Tribunal estadual não teria se manifestado quanto à tese defensiva no sentido de que as ameaças proferidas não seriam sérias a ponto de causar temor ou intimidação na vítima.

Quanto ao ponto, a Corte *a quo* afastou a alegação de existência de omissão no acórdão embargado nos seguintes termos:

"A atenta leitura do v. acórdão guerreado demonstra não padecer ele do vício apontado nos embargos sob exame. Com efeito, verifica-se que a Colenda Décima Segunda Câmara Criminal examinou suficientemente, e em sua inteireza, o quadro probatório confeccionado, vindo, ao cabo de tal atividade cognitiva, a explicitar, com clareza,

a impossibilidade do acolhimento das teses defensivas, notadamente da alegada ausência de afetação ao bem jurídico tutelado.

Ademais, como é pacífico na doutrina e jurisprudência, o órgão julgador, para expressar sua convicção, não precisa fazer menção expressa a todos os argumentos colacionados, bastando que, de forma, fundamentada, afaste, logicamente, aqueles que entender incabíveis.

Na verdade, observa-se que o embargante busca obtenção da reforma do decisum guerreado, alterando-se o mérito do acórdão proferido, e não o esclarecimento de omissão, obscuridade, ambigüidade ou contradição, as quais poderiam, excepcionalmente, ensejar efeito modificativo.

[...]

Dessarte, ao conferir ao presente recurso caráter de infringência, ultrapassa-se os limites impostos nos artigos 619 e 620 do Código de Processo Penal, os quais determinam que os embargos, ex vi legis, cingem-se a explicitar, elucidar e/ou tornar mais claros o alcance e os fundamentos do decisum, não sendo possível a revisão dos fundamentos que levaram o Colegiado a adotar o posicionamento albergado." (e-STJ fl. 243/245)

De fato, a Corte *a quo* expressamente se manifestou com relação ao ponto alegado como omissão. É o que se depreende claramente do trecho a seguir transcrito do acórdão proferido no julgamento da apelação, *in verbis*:

"Igualmente inviável a absolvição sob o argumento de que as ameaças não denotam a seriedade exigida pelo tipo penal, ou mesmo de que a conduta não provocou temor na ofendida.

Com efeito, a configuração da ameaça se verifica em intimidações proferidas à vítima, havendo relevância ao Direito Penal as que garantem causar mal injusto e grave, o que se constata no presente feito, já que o acusado prometeu matar a ofendida, além de deixá-la aleijada.

No mais, o que importa é tenha a vítima sentido a intimidação decorrente da ameaça, o que ficou comprovado, in casu, pelo depoimento prestado por Camila, que chegou a dirigir-se à delegacia de polícia para relatar os fatos, requerendo o deferimento de medidas protetivas. Outrossim, Camila narrou que já havia sido agredida fisicamente pelo réu, porém não

levou tal fato ao conhecimento da polícia, pois ANACIEL ameaçava a família dela de morte caso o denunciasse.

Em tempo, não se faz necessária a serenidade do agente ao pronunciar as palavras intimidadoras, posto que as ameaças são, geralmente, proferidas em estado de ânimo alterado. A pensar-se de modo diverso e, dificilmente, se teria por configurado o crime. De qualquer forma, como é cediço, a emoção ou a paixão não são hipóteses de exclusão da tipicidade (artigo 28, inciso I, Código Penal)." (e-STJ fls. 225/226)

Infere-se, portanto, que a decisão do colegiado estadual encontra-se em harmonia com a jurisprudência deste Sodalício, segundo a qual *"não ocorre a violação do art. 619 do CPP quando o acórdão, apesar de contrário à pretensão da parte, se manifesta expressamente sobre a matéria controvertida"* (REsp 1580435/GO, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 17/03/2016, DJe 31/03/2016).

Outrossim, é cediço por este Tribunal Superior que o julgador não é obrigado a rebater cada um dos argumentos aventados pelo recorrente ao proferir decisão no processo, bastando que, pela motivação apresentada, seja possível aferir as razões pelas quais acolheu ou rejeitou as pretensões da parte, exatamente como se deu na hipótese em testilha.

Tal entendimento foi confirmado pela Primeira Turma deste Sodalício, após a entrada em vigor do novo CPC, conforme noticiado no Informativo n. 585/STJ, *in verbis*:

Mesmo após a vigência do CPC/2015, não cabem embargos de declaração contra decisão que não se pronuncie tão somente sobre argumento incapaz de infirmar a conclusão adotada. Os embargos de declaração, conforme dispõe o art. 1.022 do CPC/2015, destinam-se a suprir omissão, afastar obscuridade ou eliminar contradição existente no julgado. O julgador não está obrigado a responder a todas as questões suscitadas pelas partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para proferir a decisão. A prescrição trazida pelo inciso IV do § 1º do art. 489 do CPC/2015 ["§ 1º Não se considera fundamentada qualquer decisão judicial, seja ela interlocutória, sentença ou acórdão, que: [...] IV - não enfrentar todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador"] veio confirmar a jurisprudência já sedimentada pelo STJ, sendo dever do julgador apenas enfrentar as questões capazes de infirmar a conclusão adotada na decisão.

(EDcl no MS 21.315-DF, Rel. Min. Diva Malerbi Desembargadora convocada do TRF da 3ª Região, julgado

em 8/6/2016, DJe 15/6/2016, grifou-se)

Dessa forma, o que se observa é o puro e simples inconformismo do recorrente com a solução dada pelo Tribunal *a quo* à controvérsia no que diz à configuração da conduta dolosa, questão que foi devidamente debatida na instância de origem e que não dá ensejo à suscitada violação do art. 619 do CPP, haja vista que, para esta Corte de Superposição, *"a insatisfação com o resultado trazido na decisão judicial não significa deficiência ou ausência de prestação jurisdicional"* (EDcl no AgRg nos EDcl no AgRg nos EDcl no AREsp 649.137/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 15/03/2016, DJe 29/03/2016).

A propósito:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. APROPRIAÇÃO INDÉBITA PREVIDENCIÁRIA. AUSENTES OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE OU AMBIGUIDADE NO ACÓRDÃO EMBARGADO. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA. NÃO OCORRÊNCIA.

1. A mera irresignação com o resultado do julgamento, visando, assim, à reversão do que já foi regularmente decidido, não tem o condão de viabilizar a oposição dos aclaratórios. O cabimento dos embargos de declaração está vinculado à demonstração de que a decisão embargada apresenta um dos vícios previstos no art. 619 do Código de Processo Penal, ambiguidade, obscuridade, contradição ou omissão, o que não se verifica no caso dos autos.

[...]

4. Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl nos EDcl no AgRg no AREsp 329.892/MG, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 20/02/2018, DJe 02/03/2018, grifou-se)

PROCESSO PENAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO HABEAS CORPUS. INTIMAÇÃO PESSOAL DA DEFENSORIA PÚBLICA PARA O JULGAMENTO DO HABEAS CORPUS. INEXISTÊNCIA DE PEDIDO EXPRESSO. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. REVISÃO DO JULGADO. EMBARGOS REJEITADOS.

[...]

4. Na hipótese em exame, não há falar em omissão ou contradição no julgado, que concluiu pela ausência de nulidade na instrução criminal, uma vez que, por mais de uma vez, o embargante foi intimado para constituir advogado de sua confiança, permanecendo, entretanto, inerte.

5. Nos termos do art. 619 do Código de Processo Penal, os embargos de declaração, como recurso de correção, destinam-se a suprir omissão, contradição e ambiguidade ou obscuridade existente no julgado. Não se prestam, portanto, para sua revisão

Superior Tribunal de Justiça

no caso de mero inconformismo da parte.

6. Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl no HC 386.620/AP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 22/08/2017, DJe 30/08/2017, grifou-se)

Dessa forma, estando o acórdão impugnado de acordo com a jurisprudência desta Corte Superior, a pretensão do agravante esbarra no óbice previsto na Súmula n. 83/STJ, também aplicável ao recurso especial interposto com fundamento na alínea *a* do permissivo constitucional.

Por tais razões, **conheço do agravo e não conheço do recurso especial**, nos termos do art. 253, parágrafo único, inciso II, alínea *a*, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

Publique-se. Intimem-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI

Relator